



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

# **RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL DO CONCELHO DE MORA**

**- PROPOSTA DE REVISÃO -**

Mora, 22 de janeiro de 2021



## FICHA TÉCNICA

### **Coordenação Geral:**

Eng.º Luís Simão de Matos (Presidente da Câmara Municipal de Mora)

### **Diretor Executivo:**

Ricardo Tomé (Geógrafo Físico, Msc.)

### **Coordenador Técnico:**

Tiago Sousa (Geógrafo)

### **Colaboradores Técnicos:**

Ana Rodrigues (Geógrafa)

## ÍNDICE

1. Enquadramento Legal .....	4
2. Metodologia Orientadora.....	6
3. Proposta de RAN bruta .....	8
4. Propostas de exclusão da RAN .....	9
4.1. Fundamentos que justificam as propostas de exclusão .....	9
4.2. Identificação e justificação das propostas de exclusão da RAN .....	10
5. Proposta de RAN final .....	13
6. Legislação .....	14

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 3.1. A RAN bruta por critério de delimitação .....	8
Quadro 4.1. Identificação e justificação das áreas propostas para exclusão da RAN.....	12
Quadro 5.1. Síntese dos valores da RAN Bruta, RAN proposta e exclusões, em hectares .....	13

## 1. ENQUADRAMENTO LEGAL

De acordo com o preâmbulo do Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional (RJAN)<sup>1</sup>, a RAN “constitui um instrumento de disponibilização do solo agrícola para os agricultores e contribui para a fixação da população ativa na agricultura, para a valorização da paisagem, para o melhoramento da estrutura fundiária e para o fomento da agricultura familiar”. Desta feita, a RAN compreende o “conjunto das áreas que em termos agroclimáticos, geomorfológicos e pedológicos apresentam maior aptidão para a atividade agrícola” (cf. n.º 1 do artigo 2.º do RJAN).

Enquanto restrição de utilidade pública, o respetivo regime territorial estabelece diversos condicionamentos à utilização não agrícola do solo, identificando quais as utilizações permitidas, em função dos objetivos para os vários tipos de terras e solos (cf. n.º 2 do artigo 2.º do RJAN).

Constituem objetivos gerais da RAN (artigo 4.º do RJAN):

- a. proteger o recurso solo, elemento fundamental das terras, como suporte do desenvolvimento da atividade agrícola;
- b. contribuir para o desenvolvimento sustentável da atividade agrícola;
- c. promover a competitividade dos territórios rurais e contribuir para o ordenamento do território;
- d. contribuir para a preservação dos recursos naturais;
- e. assegurar que a atual geração respeite os valores a preservar, permitindo uma diversidade e uma sustentabilidade de recursos às gerações seguintes pelo menos análogos aos herdados das gerações anteriores;

---

<sup>1</sup> Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro.

- f. contribuir para a conectividade e a coerência ecológica da Rede Fundamental de Conservação da Natureza;
- g. adotar medidas cautelares de gestão que tenham em devida conta a necessidade de prevenir situações que se revelem inaceitáveis para a perenidade do recurso “solo”.

Consagra o artigo 11.º do RJRAN que “as áreas da RAN são obrigatoriamente identificadas nas plantas de condicionantes dos planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipal”, nos quais se inscreve a figura de Plano Diretor Municipal (PDM). Por sua vez, o n.º 1 do artigo 13.º do RJRAN sustenta que a delimitação da RAN ocorre no âmbito da elaboração, alteração ou revisão de um plano territorial de âmbito intermunicipal ou municipal, acrescentando o n.º 4 do artigo 13.º, em conjugação com o n.º 1 do artigo 14.º, que compete à Câmara Municipal proceder à delimitação da RAN.

Nestes termos, considerando que o PDM de Mora se encontra em processo de revisão, ao abrigo dos artigos 13.º e 14.º do RJRAN, em articulação com o artigo 13.º do RJIGT que estabelece a obrigatoriedade dos IGT identificarem “(...) designadamente as áreas de reserva agrícola”, o Município de Mora intenta promover a revisão da RAN.

Com a presente memória descritiva pretende-se, assim, apresentar a proposta de RAN Bruta para o concelho de Mora, identificando a metodologia em que assentou a delimitação, bem como as propostas de exclusão e respetiva fundamentação, bem como o fim a que se destinam, de acordo com o teor do artigo 12.º do RJRAN.

## 2. METODOLOGIA ORIENTADORA

A metodologia subjacente à presente memória descritiva procura responder ao teor do artigo 12.º do RJRAN, dividindo-se a mesma, para o efeito, em três partes:

- a. a primeira, que se apresenta, relativa à proposta de RAN Bruta;
- b. a segunda relativa às propostas de exclusão;
- c. e a terceira referente à proposta de RAN final.

Considerando a mais-valia da concertação prévia entre as entidades envolvidas no processo de delimitação da RAN, tomou-se como princípio metodológico orientador a realização de diversas reuniões setoriais prévias, nomeadamente, com a competente Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo (DRAPAL). Dessas reuniões resultaram as diretrizes para a delimitação da RAN Bruta e para a necessidade de fundamentação das eventuais exclusões.

Neste sentido, a **delimitação da proposta de RAN Bruta** decorreu da integração:

1. dos **solos com capacidade de uso A, B e Ch**, com representatividade na mancha igual ou superior a 50%, ou quando a soma de duas classes a integrar a RAN respeitam o mesmo limiar de dominância (por exemplo: Bs 30% + Ch 30%);
2. dos **solos Aluviossolos e Solos de Baixa** (Coluviossolos), com representatividade na mancha igual ou superior a 50%, ou quando a soma de duas classes respeitam o mesmo limiar de dominância, tendo com esta orientação sido integrados na proposta de RAN Bruta os tipos de solo:
3. do **aproveitamento hidroagrícola** do Vale do Sorraia, legalmente constituídos, cedido pela DGADR à CMM em versão digital, no formato *shapefile*;
4. da tomada em consideração dos **perímetros urbanos** que constam nos PTAM eficazes,

transpostos das respectivas plantas de ordenamento, de acordo com o nº3 do artigo 8.º e do nº 1 do artigo 10.º, do RJRAN<sup>1</sup>.

5. da integração das **albufeiras** dos planos de água com capacidades de armazenamento significativas (> a 10000 m<sup>3</sup>), e com representação na cartografia de referência de base vetorial, à escala 1:10000.

A proposta da RAN foi concretizada com base na cartografia de base vetorial de referência à escala 1: 10 000 e nos ortofotomapas 1:10 000 (DGT, 2015) georreferenciados no sistema de coordenadas PT-TM06/ETRS89, e suportada por trabalho de campo e apoiada pelas potencialidades de gestão e manipulação de informação geográfica conferida pelos sistemas de informação geográfica (SIG). A proposta de **RAN bruta** é apresentada no sistema de coordenadas da cartografia de base enunciada.

---

<sup>1</sup> Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro.

### 3. PROPOSTA DE RAN BRUTA

O concelho de Mora totaliza uma área de 443,95 km<sup>2</sup> (CAOP, 2017), sendo que atualmente 86,7 km<sup>2</sup> (19,5 % da área do concelho) estão sujeitos ao regime da Reserva Agrícola Nacional. Com a aplicação dos critérios de delimitação previstos no quadro do RJRAN, anteriormente enunciados e validados pela competente DRAP do Alentejo, a Proposta de RAN Bruta perfaz 74,9 km<sup>2</sup> (16,9% da área do concelho), o que representa uma redução de área afeta à RAN de 2,6% (vd. Quadro 3.1).

Quadro 3.1. A RAN bruta por critério de delimitação

Critério	Superfície (ha)	%
Solos das classes de capacidade de uso A, B e Ch	6430	14,5
Solos classificados como baixas aluvionares e coluviais	2998	5,2
Área afeta a perímetros de rega	1599*	3,6
Total de RAN Bruta proposta*	7492**	16,9*
Total de RAN eficaz	8673	19,5

\* As áreas coincidentes com o solo urbano não são excluídas à partida, ficando estas sujeitas a parecer conjunto da DRAP Alentejo, DGADR e a respetiva associação de regantes.

\*\* O total da RAN Bruta não é igual à soma das áreas abrangidas pela aplicação dos vários critérios, porque foram retiradas as áreas sobrepostas.

As áreas a integrar a RAN localizam-se essencialmente nas margens aluvionares das ribeiras do Raia (na área do AH do Vale do Sorraia) e do Divor e alguns dos seus afluentes, e outras áreas de dimensão bastante significativa na freguesia de Pavia associadas à formação geológica do Vale do Guizo e, mais a sul, na freguesia de Brotas, associadas aos solos férteis no domínio dos granitos porfiróides. Estas áreas estão assentes numa agricultura do tipo intensivo, baseada em culturas de regadio, e concentram a maior parte desta atividade no concelho.



## 4. PROPOSTAS DE EXCLUSÃO DA RAN

### 4.1. FUNDAMENTOS QUE JUSTIFICAM AS PROPOSTAS DE EXCLUSÃO

De acordo com o preceituado no n.º 3 do artigo 12.º do RJRAN, na elaboração da proposta de delimitação da RAN deve ser ponderada a necessidade de exclusão de áreas com edificações legalmente licenciadas ou autorizadas, bem como das destinadas à satisfação das carências existentes em termos de habitação, atividades económicas, equipamentos e de infraestruturas.

A exclusão de áreas beneficiadas por obras de aproveitamento hidroagrícola e consequente desafetação da RAN é efetuada por despacho do Ministro da tutela, nos termos do n.º 1 do artigo 101.º do Decreto-Lei n.º 86/2002, de 6 de abril.

As razões que justificam, por tipologia, as propostas de exclusão da RAN (incluindo as respeitantes às áreas beneficiadas por obras de aproveitamento hidroagrícola) do concelho de Mora prendem-se essencialmente com:

- I. ajustamentos resultantes de **acertos dos limites do perímetro urbano** com limites físicos (cadastro ou vias) devido a desfasamentos da cartografia em vigor que, na sua maioria, têm uma expressão reduzida;
- II. propostas de exclusão resultantes de necessidades de **alargamento dos espaços** destinados a **Atividades Económicas**;
- III. integração de **espaços de equipamentos** existentes na Planta de ordenamento como **solo urbano**, categoria de “Espaço Uso Especial – Espaço de Equipamentos”, sendo

- adjacentes ao perímetro urbano em vigor, formando um contínuo do tecido urbano;
- IV. integração de **espaços de equipamentos** existentes na Planta de ordenamento como **solo rústico**, categoria de “Espaço destinado a equipamentos, infraestruturas e outras estruturas ou ocupações”, onde se incluem as áreas afetas a ETAR, cemitérios, parques de feiras, espaços comerciais e de serviços.

## 4.2. IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE EXCLUSÃO DA RAN

Do cruzamento da proposta de ordenamento com as áreas incluídas na RAN Bruta, resultaram 20 pedidos de exclusão desta restrição de utilidade pública, identificados e justificados no Quadro 4.1, com a devida correspondência na peça gráfica X.2 - Proposta de exclusões da RAN bruta, totalizando cerca de 18,7 ha<sup>1</sup>. Os pedidos de exclusão da RAN correspondem, assim, a 0,25% da RAN Bruta<sup>2</sup> (vd. Quadro 5.1).

Atendendo à área de cada pedido de exclusão (vd. Quadro 4.1), constata-se que a **exclusão 8** é a que representa a maior parte das áreas de exclusão com 8,1 ha, correspondendo à implantação da fábrica da CONESA e a sua envolvente. Trata-se de uma unidade industrial de transformação de transformação de tomate que foi planeada e instalada nos primórdios do aproveitamento hidroagrícola do Vale do Sorraia (AHVS), onde se insere na sua totalidade, para apoio à laboração/transformação da produção de tomate produzido no perímetro de rega. O edificado existente está, atualmente, em solo urbano e pretende-se qualificar como espaço de atividades

<sup>1</sup> Retiradas as áreas objeto de pedido de exclusão sobrepostas.

<sup>2</sup> Valores sem considerar as áreas sobrepostas, na RAN Bruta e nos pedidos de exclusão, decorrentes dos diversos motivos que justificam a integração na RAN (tipo e capacidade de uso dos solos e perímetro de rega).

económicas como forma de dar resposta a sucessivos pedidos de ampliação das áreas de circulação e também decorrente de necessidades associadas à proteção ambiental/recursos hídricos. O pedido de **exclusão 7** (0,76 ha), apesar de individualizado, está também relacionado com a expansão da mesma atividade, mas não integra o AHVS. Também associada à CONESA segue-se o pedido de **exclusão 9**, associada à sua ETARI, cujas obras de aumento de capacidade de tratamento e pretendidas não são compatíveis com o enquadramento legal das Obras dos Aproveitamentos Hidroagrícolas.

Segue-se o pedido de **exclusão 18**, com 1,9 ha, localizado na proximidade do Fluviário de Mora e do açude do Gameiro, tratando-se de uma área destinada à construção de uma ASA (área de serviço de autocaravanas), como forma de adequar a envolvente com um serviço adequado ao estacionamento e condicionamento de resíduos sólidos.

Seguem-se os pedidos de **exclusão 19 e 20**, ambos associados ao cemitério de Cabeção. A exclusão 19 está associada à expansão do cemitério, com uma área de aproximadamente 1000 m<sup>2</sup>, e integra o AHVS. A exclusão 20 está associada à implantação do cemitério existente, com uma área de 5616 m<sup>2</sup>, fora do AHVS, mas em solos que integram a RAN.

O pedido de **exclusão 15**, com 0,35 ha, localizado junto ao rio Sorraia, e inserido no POA do Gameiro, corresponde a uma área de equipamentos previstos no respetivo plano de ordenamento, em solo rústico.

As restantes áreas, de muito pequena dimensão (inferiores a 2000 m<sup>2</sup>), correspondem a acertos entre a proposta de delimitação da RAN com a classificação do solo, e descritos no quadro seguinte.



Quadro 4.1. Identificação e justificação das áreas propostas para exclusão da RAN

Código	Local	RAN (origem)	Área (m²)	Classificação Solo	Qualificação	Tipologia da exclusão	Justificação
1	Pavia	Tipo de solos e cap. uso	36	Solo urbano	Espaços Habitacionais	Tipologia I	Acerto de limite do perímetro urbano, sem expressão cartográfica.
2	Pavia	Tipo de solos e cap. uso	7	Solo urbano	Espaços Habitacionais	Tipologia I	Acerto de limite do perímetro urbano, sem expressão cartográfica.
3	Pavia	Tipo de solos e cap. uso	330	Solo urbano	Espaços de Uso Especial: Espaços de Equipamentos	Tipologia I	Acerto de limite do perímetro urbano, sem expressão cartográfica.
4	Cabeção	Capacidade de uso do solo	106	Solo urbano	Espaços Habitacionais	Tipologia III	A proposta de exclusão da RAN decorre da existência de uma área urbana totalmente executada, classificada como solo urbano no PDM em vigor. A construção do Bairro é contemporânea à formalização do aproveitamento hidroagrícola em 1959, tal como atesta documentação enviada pela CMM à DGADR, a qual considerou no seu ofício _DSTAR_DOER_DOC00006378_2020, de 21/05/2020, "tratar-se de um acerto do limite, a ser efetivado por esta Direção-Geral".
5	Cabeção	Tipo de solos	1415	Solo urbano	Espaços de Uso Especial: Espaços de Equipamentos	Tipologia I	Acerto de limite do perímetro urbano, sem expressão cartográfica.
6	Fluviário de Mora	Tipo de solos	615	Solo rústico	Espaço destinado a equipamentos, infraestruturas e outras estruturas ou ocupações	Tipologia IV	A proposta de exclusão incide sobre os espaços envolventes afetos ao Fluviário de Mora, sendo simultaneamente uma área de acerto relativamente ao equipamento existente.
7	Mora (CONESA)	Tipo de solos e cap. uso	8461	Solo urbano	Espaços de atividades económicas	Tipologia II	Trata-se de uma unidade industrial de transformação de tomate que foi planeada e instalada nos primórdios do AHVS, para apoio à laboração/transformação da produção de tomate produzido no perímetro de rega. A proposta de exclusão da RAN decorre da necessidade de expansão da unidade de produção da CONESA, por necessidade de proteção ambiental/recursos hídricos e de funcionamento da unidade industrial.
8	Mora (CONESA)	Aproveitamento hidroagrícola	80977	Solo urbano	Espaços de atividades económicas	Tipologia II	Trata-se de uma unidade industrial de transformação de tomate que foi planeada e instalada nos primórdios do AHVS, para apoio à laboração/transformação da produção de tomate produzido no perímetro de rega. A proposta de exclusão da RAN decorre da necessidade de expansão da unidade de produção da CONESA, por necessidade de proteção ambiental/recursos hídricos e de funcionamento da unidade industrial.
9	Mora (CONESA)	Aproveitamento hidroagrícola	62711	Solo rústico	Espaço destinado a equipamentos, infraestruturas e outras estruturas ou ocupações	Tipologia IV	A proposta de exclusão incide na ETARI da CONESA, cujas obras de aumento de capacidade de tratamento e pretendidas não são compatíveis com o enquadramento legal das Obras dos Aproveitamentos Hidroagrícolas.
10	Mora	Tipo de solos e cap. uso	744	Solo urbano	Espaços Habitacionais	Tipologia I	Acerto de limite do perímetro urbano, sem expressão cartográfica.
12	Mora	Tipo de solos e cap. uso	38	Solo urbano	Espaços Habitacionais	Tipologia I	Acerto de limite do perímetro urbano, sem expressão cartográfica.
13	Mora	Tipo de solos e cap. uso	687	Solo urbano	Espaços Habitacionais	Tipologia I	Acerto de limite do perímetro urbano, sem expressão cartográfica.
14	Mora	Tipo de solos e cap. uso	1690	Solo urbano	Espaços Habitacionais	Tipologia I	Acerto de limite do perímetro urbano, sem expressão cartográfica.
15	Cabeção (na proximidade do moinho da Vista Mã)	Tipo de solos e cap. uso	3488	Solo rústico	Espaço destinado a equipamentos, infraestruturas e outras estruturas ou ocupações	Tipologia IV	A proposta de exclusão incide sobre uma área de equipamentos de recreio e lazer prevista no POA do Gameiro.
16	Mora	Tipo de solos e cap. uso	42	Solo urbano	Espaços de Uso Especial: Espaços de Equipamentos	Tipologia I	Acerto de limite do perímetro urbano, sem expressão cartográfica.
17	Mora	Tipo de solos e cap. uso	96	Solo urbano	Espaços Habitacionais	Tipologia I	Acerto de limite do perímetro urbano, sem expressão cartográfica.
18	Mora (na proximidade do Fluviário de Mora)	Tipo de solos e cap. uso	19149	Solo rústico	Espaços agrícolas	Tipologia V	A proposta de exclusão incide sobre uma área livre destinada à construção de uma área de serviço de autocaravanismo, inserida em solo rústico, tendo como objetivo servir adequadamente a procura a zona da Albufeira do Gameiro por esta atividade, evitando o estacionamento aleatório e tratando adequadamente os resíduos.
19	Cabeção (cemitério)	Aproveitamento hidroagrícola	1046	Solo rústico	Espaço destinado a equipamentos, infraestruturas e outras estruturas ou ocupações	Tipologia IV	A proposta de exclusão incide sobre uma área destinada à implantação do cemitério de Cabeção, em AHVS.
20	Cabeção (cemitério)	Capacidade de uso do solo	5616	Solo rústico	Espaço destinado a equipamentos, infraestruturas e outras estruturas ou ocupações	Tipologia IV	A proposta de exclusão incide sobre a implantação do cemitério de Cabeção.

## 5. PROPOSTA DE RAN FINAL

A proposta de RAN final apresentada (*vd.* peça gráfica X.3 – Proposta de RAN), resultante da aplicação da metodologia descrita, ocupa 7474 ha, o que representa cerca de 16,8% do território municipal e uma redução de 2,7%, em termos de área ocupada, face à RAN eficaz (*vd.* Quadro 5.1).

Quadro 5.1. Síntese dos valores da RAN Bruta, RAN proposta e exclusões, em hectares

RAN Bruta proposta (sem sobreposições)	7492,7
Exclusões propostas	18,7
Peso das exclusões propostas na RAN bruta (%)	0,25
RAN proposta (sem sobreposições)	7474
Peso da RAN proposta na área do concelho (%)	16,8
RAN em vigor	8673
Peso da RAN em vigor na área do concelho (%)	19,5
<b>Variação da área ocupada pela RAN (%)</b>	<b>-2,7</b>

Fonte: RTGeo, 2020

## 6. LEGISLAÇÃO

Revisão do PDM de Mora em deliberação da Câmara Municipal de Mora, de 23 de agosto de 2017, publicada no edital nº 213/2018, de 8 de fevereiro.

Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de março, que aprova o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro.

Plano Diretor Municipal de Mora, publicado através do Aviso n.º 3125/2008, de 8 de fevereiro.